



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

Art. 7º - O Município apoiará a cooperação entre o Sistema de Inovação do Município de Assis e instituições públicas de pesquisa e de inovação tecnológica da União, do Estado e de outros Municípios para atrair empresas que promovam inovação tecnológica, desenvolvimento científico e tecnológico, incubadoras, parques tecnológicos e outras entidades de pesquisa científica e tecnológica.

CAPÍTULO IV

DA REALIZAÇÃO DE PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA COM PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO REMUNERADOS, EXCLUSIVAMENTE PARA DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TESTES DE SOLUÇÃO DE INOVAÇÃO

Art. 8º - Fica autorizada a realização de parcerias não remuneradas entre a administração direta e pessoas físicas ou jurídicas para desenvolvimento, pesquisa e testes de solução de inovação tecnológica, com a disponibilização de informações e cooperação técnica dos órgãos da administração, mediante manifestação da parte interessada, que deverá apresentar, minimamente, parecer técnico municipal circunstanciado, da área mais afeta ao projeto sobre a viabilidade da execução do projeto de pesquisa considerando os impactos nas atividades da administração municipal e nas atividades dos municípes.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com as entidades gestoras de Parques Tecnológicos, Centros de Inovação, Arranjos Produtivos Locais, Centro Incubadoras de Empresas, Fundações, e outros, objetivando a formação e manutenção do ecossistema de inovação de Assis, nos termos da Lei.

§ 2º - O Poder Executivo deverá, sempre que possível, assegurar a participação dos membros do Poder Legislativo de Assis no desenvolvimento e formulação e políticas públicas relacionadas a esta Lei, inclusive, em reuniões do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis, como ouvintes.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal envidará os melhores esforços, no âmbito da administração, na qualificação de recursos humanos e mentorias em áreas intensivas em conhecimento técnico científico por meio de projetos e ações que visem à:

- I- implantação da cultura do empreendedorismo e da educação voltada para tecnologia e inovação nas escolas da rede municipal;
- II- realização de oficinas e cursos de empreendedorismo e inovação para a população de Assis;



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

III- realização de mentorias diretas, por servidores próprios do Município, mentorias indiretas através de prestadores de serviços.

Parágrafo Único - Os projetos e ações de formação de recursos humanos poderão ser efetuados em parceria com instituições públicas e privadas.

CAPÍTULO VI

DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Art. 10 - A pessoa física ou jurídica interessada em desenvolver um empreendimento de inovação, e se beneficiar dos incentivos previstos nesta Lei, deverá encaminhar manifestação de interesse ao presidente do Conselho Municipal de Inovação – CMI, com os requisitos exigidos nesta lei, observado modelo definido em regulamento e disponibilizado pela administração municipal.

Art. 11 - Nos casos em que o município identifique uma demanda específica, poderá abrir chamamento público para buscar interessados em desenvolver a demanda identificada ou poderá realizar parceria estratégica através de Empresa Pública, nos termos desta lei e da legislação complementar.

Parágrafo Único - O chamamento público deverá trazer todos os incentivos concedidos no âmbito do projeto de inovação a ser desenvolvido.

CAPÍTULO VII

DO SANDBOX REGULATÓRIO E OS LIVING-LABS

Art. 12 - As empresas startups poderão testar seus produtos, protótipos, tecnologias, serviços e processos inovadores em órgãos da administração municipal direta e indireta, por até 24 (vinte e quatro) meses, sem ônus para o poder público, atendendo ao chamamento público com procedimento simplificado de seleção, tal como previsto na Lei Complementar Federal n.º 182, de 1º de junho de 2021.

§1º - As empresas startups interessadas em testar produtos, protótipos, tecnologias, serviços, metodologias e processos inovadores deverão fazê-lo mediante apresentação de manifestação de interesse com a devida justificativa técnica para os órgãos da administração municipal direta e indireta demandantes, no âmbito de um programa que definirá os critérios para seleção ou para a qualificação do regulado.

§2º - O Conselho Municipal de Inovação deliberará sobre a implantação de projetos pilotos, manifestando as razões que justifiquem a escolha da empresa startup para sua implantação.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

- §3º - A empresa startup selecionada para a instalação de projeto piloto deverá oferecer, sem ônus para o Município, suporte e manutenção das tecnologias em desenvolvimento, durante o tempo que durar a fase de teste.
- §4º - O Município de Assis não estará obrigado a adquirir a solução ao final da fase de testes.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE ASSIS

Art. 13 -Fica instituído o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis, organismo consultivo de apoio ao Poder Executivo Municipal, com a finalidade de promover a discussão, a proposição e o acompanhamento das políticas públicas e projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, de interesse do Município, bem como apoiar e incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, com vistas ao desenvolvimento sustentável do Município.

Art. 14 -Integrarão o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis:

- I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, que o presidirá e será responsável pela articulação, estruturação e gestão do Conselho;
 - II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Fazenda;
 - III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Governo;
 - IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - V - 3 (três) representantes de Instituições de Ensino Superior – IES públicas ou privadas sediadas no Município de Assis;
 - VI - 1 (um) representante da sociedade organizada representativa do setor industrial, sediada no Município de Assis;
 - VIII - 1 (um) representante da sociedade organizada representativa do setor comercial, sediada no Município de Assis;
 - IX - 1 (um) representante da sociedade organizada representativa do setor de serviços, sediada no Município de Assis;
 - X - 1 (um) representante de Incubadora Tecnológica de Assis;
 - XI - 3 (três) representantes da sociedade organizada representativa do setor de tecnologia e inovação, sediada no Município de Assis.
- § 1º - Os membros do Conselho serão indicados pelas respectivas classes que representem, quando for o caso, e deverão preferencialmente ser portadores de comprovada experiência profissional, notadamente na administração, implantação ou execução de projetos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

§ 2º - Será indicado, para cada membro titular, um suplente, ficando proibida a participação de mais de um representante da mesma entidade, na composição do Conselho.

Art. 15- O Conselho será nomeado por ato do Executivo e terá mandato de 4 (quatro) anos, permitida sua recondução.

§ 1º - A perda do vínculo legal entre o representante e a respectiva entidade implicará na extinção concomitante de seu mandato, e sua imediata substituição, a critério da respectiva entidade ou órgão.

§ 2º - As atividades exercidas pelos membros do Conselho serão consideradas de relevante serviço público e não serão remuneradas.

Art. 16 -Compete ao Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis:

- I - propor planos gerais e específicos relacionados ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Município e sua aplicação no âmbito da Administração Pública Municipal, bem como colaborar com a política a ser por ela implantada nessa área, visando à qualificação dos serviços municipais;
- II - identificar as necessidades, prioridades e interesses referentes aos assuntos mencionados no inciso I deste artigo, na esfera municipal;
- III - indicar temas específicos da área da ciência, tecnologia e inovação que requeiram tratamento planejado;
- IV - cooperar na concepção, implantação e avaliação de políticas públicas da área da ciência, tecnologia e inovação, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;
- V - contribuir com as políticas públicas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico por meio de programas e instrumentos que promovam a transferência de tecnologias inovadoras e incrementais ao setor produtivo, com ênfase em médias, pequenas e microempresas e no empreendedorismo social, para a geração de postos de trabalho e renda;
- VI - incentivar a geração, difusão e a popularização do conhecimento, bem como das informações e novas técnicas na área da ciência, tecnologia e inovação;
- VII - propor ao Executivo Municipal os orçamentos e os planos anuais e plurianuais de ciência e tecnologia, nos quais estarão fixadas as diretrizes e prioridades que nortearão as aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis;
- VIII - avaliar e recomendar apoio a projetos que solicitem apoio institucional, econômico ou financeiro do Município e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- IX - sugerir ações à Administração Pública que utilizem a Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumentos ou recursos que melhorem a qualidade e eficiência dos serviços públicos;



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

- X - intermediar ações, políticas e projetos entre o Poder Público Municipal e as Instituições de Ensino Superior, notadamente pelos seus respectivos programas de graduação e pós-graduação, permitindo a aplicação e socialização do conhecimento e inovação produzidos pela Academia;
- XI - elaborar seu regimento interno.

Art. 17- O Regimento Interno do Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis disporá sobre a forma de sua organização e as condições de seu funcionamento, incluindo a destituição de mandato e os casos de substituição, impedimento e vacância, dentre outros assuntos pertinentes.

§ 1º - Serão constituídas, na forma prevista no Regimento Interno, as Comissões Técnicas que forem necessárias, auxiliadas pelos representantes das comunidades científicas e tecnológicas.

§ 2º - O Regimento Interno do Conselho deverá ser aprovado pelo voto da maioria absoluta de seus membros e referendado por decreto do Executivo, o qual será editado até 90 (noventa) dias após a data da publicação da presente Lei.

§ 3º - O Conselho manterá registro próprio e sistemático de seus atos de funcionamento, assegurada a publicidade dos mesmos, por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município.

Art. 18- O Executivo Municipal assegurará a organização e funcionamento do Conselho, fornecendo os meios necessários para a sua instalação e funcionamento, inclusive com a cessão de pessoal administrativo e custeio para seu funcionamento.

Art. 19- O Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis apresentará, anualmente, ao Chefe do Poder Executivo e à Câmara Municipal relatório de suas atividades, disponibilizando-o para a comunidade em geral.

CAPÍTULO V

DO FUNDO DE APOIO À CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE ASSIS

Art. 20- Fica criado o Fundo Municipal de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação de Assis, com a finalidade de fomentar a inovação tecnológica no Município e de incentivar empreendedores e empresas aqui instaladas, que desejarem pesquisar, desenvolver ou aperfeiçoar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, em consonância com a Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

Parágrafo Único - Os recursos deste Fundo serão administrados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e serão submetidos aos sistemas de controles contábeis e fiscais pertinentes, bem como aos órgãos de fiscalização e controle.

Art. 21 - Os recursos deste Fundo poderão ser aplicados em projetos que tenham sido submetidos e aprovados pelo Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, com temas preferencialmente de interesse público e relevância social, pelo voto de seus membros ou dos integrantes de uma comissão *ad-hoc* que constituírem para este fim, e serão concedidos, quando aplicáveis, da seguinte forma:

- I - concessão de bolsa auxílio de estímulo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica;
- II - cessão de material permanente;
- III - auxílio para realização de eventos técnico-científicos de inovação, ciência e tecnologia, aptos a divulgar e fomentar a cultura de inovação na cidade;
- IV - capacitação, treinamento, e custeio de programas de certificação;
- V - participação em feiras e eventos nacionais, incluindo inscrição, transporte e estadia, para divulgação dos projetos em desenvolvimento;
- VI - aquisição de softwares, material bibliográfico e de consumo necessários para o desenvolvimento do projeto;
- VII - outras formas de incentivo, cujas justificativas impliquem em comprovada necessidade para a pesquisa, desenvolvimento ou aprimoramento do projeto.

Parágrafo Único - Aprovado pelo Conselho, o projeto seguirá para deliberação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico que o recomendará ao Chefe do Executivo, de acordo com a disponibilidade financeira do Fundo.

Art. 22- Não poderão ser solicitados recursos para obras civis, custeio com assessorias ou consultorias, pagamento de pró-labore, salários ou tributos de qualquer espécie, viagens internacionais, aquisição ou manutenção de veículos ou imóveis e quaisquer outras despesas ou custeio que não sejam essenciais para o projeto.

Parágrafo Único - Não será aprovada solicitação de recursos para projetos cujos integrantes ou beneficiários sejam integrantes do Conselho, seus sócios, cônjuges ou familiares em até terceiro grau.

Art. 23- As bolsas auxílio serão concedidas mensalmente, observados procedimentos definidos em edital próprio que observará, entre outros:

- I - que os beneficiários sejam exclusivamente empreendedores pessoas físicas, independentes, que manifestarem interesse, e que atendam às exigências do Edital, para pesquisa, desenvolvimento ou aprimoramento de projeto de inovação;
- II - que as bolsas tenham prazo de duração não superior a 12 (doze) meses, prorrogável por igual período uma única vez;



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"

Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

- III - que a concessão e manutenção da bolsa auxílio exija a dedicação exclusiva ao projeto e ausência de qualquer outra fonte de renda de seu beneficiário;
- IV - que seja concedida uma única bolsa auxílio por pessoa física, e no máximo duas bolsas por projeto que tenha sido submetido;
- V - que os beneficiários submetam-se ao Conselho, periodicamente, relatório descritivo da evolução de seu projeto, suas perspectivas e outras informações que permitam o controle e auditoria da produção intelectual e a eficiência do consumo dos recursos oriundos da bolsa auxílio, que poderá ser interrompida ou suspensão, nos termos do Regimento Interno e do Edital;
- VI - que os valores das bolsas sejam definidos pelo Edital, de acordo com a disponibilidade financeira existente, e não ultrapassem 02 (dois) salários mínimos mensais;
- VII - que a bolsa concedida nos termos deste artigo caracterize-se como doação; não configure vínculo empregatício e não caracterize contraprestação de serviços;

Parágrafo Único - Poderão ser concedidas bolsas para desenvolvimento e pesquisa de projetos acadêmicos em cursos técnicos, graduação e programas de pós-graduação de instituição de ensino superior reconhecidas pelo MEC e sediadas no município, desde que desenvolvam temas de relevante interesse público, notadamente no âmbito da Administração Municipal que deverá se manifestar previamente pelo interesse no tema e nos resultados esperados.

Art. 24- A cessão de materiais permanentes será feita mediante convênio próprio entre o Poder Público e o interessado, pessoa física ou jurídica.

Parágrafo Único - Os materiais cedidos deverão ser utilizados exclusivamente para o desenvolvimento do projeto, e deverão ser restituídos ao Poder Público ao final do convênio.

Art. 25- A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico publicará editais de oferta de recursos e de apoio para as modalidades citadas nos incisos III a VII, do artigo 16 desta Lei, onde serão estipulados valores máximos por projeto e por tipo de apoio, tendo em vista a disponibilidade de recursos e o atendimento ao maior número de ações possíveis, e exigirá, dentre outros, e sempre que possível:

- I - projeto ou pré-projeto detalhado, plano de negócios ou cronograma físico financeiro;
- II - comprovação de capacidade técnica, de tutoria, orientação acadêmica ou do apoio institucional conforme o caso;
- III - justificativa detalhada da utilização dos recursos solicitados, os benefícios, perspectivas e objetivos, bem como a previsão de indicadores claros e objetivos que permitam auditoria e verificação do consumo dos recursos e avanços obtidos.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

Art. 26- O termo de cessão ou documento equivalente que tratar do uso dos recursos do Fundo também disciplinará questões de propriedade intelectual e patentes, e poderá prever pagamento, na forma de *royalties*, de percentual não superior a 3% (três por cento) sobre o faturamento bruto resultante da comercialização do projeto custeado pelo Fundo, pelo prazo não superior a 5 (cinco) anos, após a finalização do convênio.

§ 1º - Os recursos tratados no caput serão obrigatoriamente integrados ao Fundo de Apoio de Ciência, Tecnologia e Inovação e só poderão ser aplicados em novos projetos.

§ 2º - Nos projetos em que o Município possa ser diretamente beneficiado como usuário ou destinatário final, será lícito condicionar sua aprovação e consequente liberação do apoio solicitado à cessão de licença de uso, ou termo equivalente, se assim o Conselho deliberar.

Art. 27 - Constituem receitas do Fundo:

- I – dotação própria escriturada no orçamento geral do Município;
- II - recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou instituições de natureza pública, inclusive agências de fomento;
- III - convênios, contratos e doações realizados por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- IV - doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do país ou do exterior;
- V - rendimentos de aplicação financeira dos seus recursos;
- VI - receitas diversas, auferidas na participação em projetos ou comercialização de produtos ou serviços por empresas em que o Município de Assis for sócio, acionista ou afins.
- VII - receitas provenientes de *royalties* oriundos da comercialização dos projetos financiados pelo Fundo, ou receitas de suas patentes e registros, quando previstos no respectivo termo;
- VIII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

CAPÍTULO VI

DO INSTITUTO DE INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DE ASSIS

Art. 28- Fica o Executivo Municipal autorizado a criar o Instituto de Inovação Científica e Tecnológica de Assis, órgão da Administração Pública Municipal, que tenha por missão institucional executar, dentre outras, atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e/ou inovação.

Parágrafo Único - Este Órgão será o gestor de centro de inovação ou de parques tecnológicos que venham a ser criados no município e integrará, entre outros, o Conselho do ICT.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

CAPITULO VII

DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NO PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 29- O Município, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará a participação de pessoas, empresas, grupos de empresas, cooperativas, arranjos produtivos locais e outras formas de produção, no processo de inovação tecnológica, mediante o compartilhamento de recursos humanos, materiais e de infraestrutura ou a concessão de apoio financeiro, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos.

§ 1º - A concessão do apoio financeiro previsto no *caput* deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pelo beneficiário, na forma estabelecida nos respectivos instrumentos jurídicos.

§ 2º - As condições e a duração da participação de que trata este artigo, bem como os critérios para compartilhar resultados futuros, deverão estar definidos nos respectivos instrumentos jurídicos.

Art. 30- O Município, por meio de seus órgãos da administração pública direta ou indireta, incentivará a participação de empresas no processo de inovação tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação tecnológica e/ou social, inclusive incubadoras, centros tecnológicos e parques tecnológicos.

Art.31- O Município incentivará os esforços inovativos dos microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e empresas juniores locais por ação própria ou em parceria com agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica, instituições de ensino e de apoio e outros órgãos promotores da ciência, tecnologia e inovação.

Art.32- O Município poderá instituir mecanismos de incentivo à inovação visando estimular os esforços inovativos de microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, cooperativas e empresas juniores, visando incentivar a inserção destes no Sistema de Inovação de Assis a serem ajustados em acordos específicos.

§ 1º - O Município envidará esforços para prover o acesso dos microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas aos mecanismos de fomento, propriedade intelectual e serviços técnicos especializados.

§ 2º - Poderão ser instituídas, com ou sem parceiros públicos e/ou privados, modalidades de incubadoras de empresas que estimulem o empreendedorismo inovador de base tecnológica.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

Art. 33- Os órgãos e entidades da Administração Pública de Municipal, em matéria de interesse público, poderão contratar empresas ou consórcios de empresas, assim como entidades nacionais de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa, que apresentem reconhecida capacitação tecnológica no setor, para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador, observadas as formalidades legais.

Art.34- Fica instituído o "Prêmio Assis de Inovação" outorgado pelo Prefeito em reconhecimento a pessoas, empresas e entidades que se destacarem em inovação, na forma a ser disciplinada por decreto.

CAPÍTULO VIII

DOS PARQUES TECNOLÓGICOS, CENTRO DE INOVAÇÃO E INCUBADORAS DE EMPRESAS TECNOLÓGICAS

Art. 35 - O Município concentrará esforços visando à implantação de Parque Tecnológico, Centro de Inovação em Assis e Incubadora de base Tecnológica como parte de sua estratégia para incentivar os investimentos em inovação tecnológica, pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento tecnológico, engenharia não rotineira, informação tecnológica e extensão tecnológica em ambiente produtivo que gerem novos negócios, trabalho e renda e ampliem a competitividade socioeconômica do Município.

Parágrafo Único - A definição dos organismos responsáveis pela gestão desses ambientes de inovação será disciplinada por regulamentação específica do Poder Executivo Municipal de Assis.

Art. 36 - Poderão ser celebradas, no âmbito do Parque Tecnológico de Assis e da Incubadora de Base Tecnológica de Assis, parcerias e convênios com instituições de ensino locais e empresas, para capacitação especializada de mão de obra e atividades de extensão e estágios, mediante instrumento jurídico apropriado.

Art. 37-Ficam isentos de taxas, alvarás e licenças municipais as empresas regularmente inscritas no cadastro mobiliário do município que exerçam suas atividades na INTEG - Incubadora Tecnológica de Assis, e as empresas juniores ligadas às instituições de ensino superiores reconhecidas pelo MEC, desde que organizadas e dirigidas por acadêmicos, bem como as empresas prestadoras de serviços poderão ter sua alíquota reduzida a mínima de 2%, permitida pela Lei Complementar Federal 123/2006.

§ 1º - As isenções e reduções tratadas nesse artigo devem ser solicitadas anualmente à Secretaria Municipal da Fazenda, em processo administrativo próprio, devidamente instruído com documentos pertinentes.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Lei nº 7.553, de 16 de Abril de 2024.

- § 2º - Após análise dos referidos documentos, as empresas amparadas por esta Lei serão reconhecidas através de Decreto.
- § 3º - As empresas que deixarem de exercer suas atividades de incubação, terão o cancelamento de forma imediata de todos os benefícios concedidos nesta Lei, com o lançamento das taxas e demais despesas devidas, reportando-se à data de seu descredenciamento.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 38 -** São consideradas ações de extensão tecnológica pelo município, que envidará esforços para criar, manter e ampliar:
- I - o Mutirão do Lixo Eletrônico de Assis;
 - II - locais públicos e abertos com internet sem fio (WiFi);
 - III - salas e espaços públicos equipados com computadores e acesso à internet;
 - IV - cursos básicos de informática;
 - V - laboratórios de informática para uso nas escolas públicas municipais;
 - VI - promoção de desafios, concursos, campeonatos e demais eventos que promovam ações cujos objetivos se enquadrem nesta Lei.
- Art. 39 -** As empresas de base tecnológica, juniores e de inovação poderão ter seu domicílio tributário nas dependências dos Centros de Inovação, Espaços de Coworking e demais espaços de uso compartilhado mediante identificação por Caixa Postal ou Complemento de endereço semelhante, desde que suas atividades sejam consideradas de baixo risco, ou não exerçam a atividade no local.
- Art. 40 -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Prefeitura Municipal de Assis, em 16 de abril de 2024.

JOSÉ APARECIDO FERNANDES
Prefeito Municipal

SÔNIA RODRIGUES SPERA
Secretária Municipal de Governo e Administração

Publicado no Diário Oficial do Município de Assis

